

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A.- INVEPAR

CNPJ nº 03.758.318/0001-24

Na nota 8 – Investimentos em a.1) Outras informações sobre as controladas em 31 de dezembro de 2013 nas demonstrações financeiras publicadas no dia 24/03/2014,

onde se lê:

		Adição ao intangível						
		Adição ao imobilizado	Software e outros	Direito de concessão (investimento)	Registro/ capitalização de outorga passiva	Capitalização de resultado financeiro ao intangível	Pagamento de outorga	Participação da Invepar
Empresas								
Rodovias	LAMSA	8.434	5.747	931	–	–	–	100,00%
	CLN	734	10	36.272	–	–	–	100,00%
	CART	4.946	1.092	285.495	–	–	–	100,00%
	CBN	748	42	131.116	–	10.059	–	50,00%
	CRT	2.287	72	44.921	–	346	–	24,90%
	CRA	–	1.350	131.214	–	7.689	–	50,00%
	VPR	11.398	120.357	463.094	–	–	–	100,00%
	Via Rio	580	6	120.451	–	–	–	33,34%
	PEX	1.360	1.137	–	–	–	–	100,00%
Mobilidade Urbana	MetrôRio	120.030	945	157.146	–	28.948	–	100,00%
	MetroBarra	66.245	159	–	–	–	–	100,00%
	VLT	41	–	40.581	–	–	–	24,44%
Aeroportos Holding	GRU Airport	7.300	4.218	1.881.365	851.326	88.120	876.133	45,90%
	Invepar	397	2.737	–	–	–	–	–

leia-se:

		Adição ao intangível							
		Adição ao imobilizado	Software e outros	Direito de concessão (investimento)	Registro/ capitalização de outorga passiva	Capitalização de resultado financeiro ao intangível	Margem de cons-trução	Pagamento de outorga	Participação da Invepar
Empresas									
Rodovias	LAMSA	8.434	5.747	931	–	–	28	–	100,00%
	CLN	734	10	36.273	–	–	175	–	100,00%
	CART	4.945	1.092	285.777	–	–	2.795	–	100,00%
	CBN	748	42	131.116	–	10.059	1.380	–	50,00%
	CRT	2.287	72	44.921	–	346	–	–	24,90%
	CRA	–	1.350	131.214	–	7.689	1.364	–	50,00%
	VPR	11.750	142.274	242.719	–	–	–	–	100,00%
	Via Rio	580	6	120.451	–	–	–	–	33,34%
	PEX	1.360	1.137	–	–	–	–	–	100,00%
Mobilidade Urbana	MetrôRio	120.030	945	157.146	–	28.948	515	–	100,00%
	MetroBarra	66.245	159	–	–	15.558	–	–	100,00%
	VLT	41	–	40.581	–	–	–	–	24,44%
Aeroportos Holding	GRU Airport	7.300	4.218	1.881.365	851.400	58.955	50.465	876.133	45,90%
	Invepar	397	2.737	–	–	–	–	–	–

Divulgação de Resultados Invepar 2013.



- **2 concessões** em Mobilidade Urbana

MetrôRio

- **42 km** de extensão*
- **192 milhões** de passageiros

VLT Carioca

- **28 km** de trilhos em construção



- GRU Airport
- **36 milhões** de passageiros
- **344 mil** toneladas de carga
- **284 mil** pousos e decolagens



- **9 concessões** em Rodovias
- **1.964 Km** de rodovias e vias urbanas**
- **212 milhões** de veículos equivalentes pagantes

A Invepar é uma empresa 100% brasileira, formada por 12 concessões nos segmentos de rodovias, aeroportos e mobilidade urbana e com foco total nos seus usuários. Levar mobilidade com respeito, qualidade e responsabilidade a milhões de pessoas no país é o que move a Invepar.

invepar

MOBILIDADE INTELIGENTE





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

Senhores Acionistas, a Administração da Invepar – Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. ("Invepar" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação do mercado e de seus acionistas as Demonstrações Financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, acompanhado do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal.

Todas as comparações realizadas neste relatório consideram dados consolidados em relação ao exercício de 2012 e todos os valores estão em R\$ milhões, exceto quando indicado.

1. A INVEPAR

A Invepar é um grupo brasileiro fundado em 2000, que atua no setor de infraestrutura de transportes, no Brasil e no exterior, com foco nos segmentos de rodovias, mobilidade urbana e aeroportos. É atualmente um dos maiores grupos de infraestrutura de transportes do Brasil. Seu portfólio atual é composto por 12 concessões distribuídas em seus 3 segmentos de atuação, com o contrato mais recente, de concessão da rodovia BR-040/DF/GO/MG, tendo sido assinado em 12 de março de 2014. Em 2013, a Invepar, por meio de suas concessões, administrava 1.027 quilômetros de rodovias e com a nova rodovia (BR-040/DF/GO/MG), passava a administrar 1.964 quilômetros. As suas concessões rodoviárias são: Linha Amarela S.A. ("LAMSA"), Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN"), Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("CART"), Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN"), Concessionária Rio Teresópolis S.A. ("CRT"), Concessionária Rota do Atlântico ("CRA"), Concessionária ViaRio S.A. ("ViaRio"), BR-040/DF/GO/

MG e Linha Amarela S.A.C. ("Via Parque Rímac" ou "VPR"), em Lima, no Peru, esta sendo a primeira concessão internacional do grupo. No segmento de aeroportos, a Invepar controla a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("GRU Airport") e tem como sócio direto a Airports Company South Africa ("ACSA") e como sócio indireto, a Infraero. GRU Airport constitui-se no maior aeroporto do país em volume de passageiros, tendo movimentado cerca de 36 milhões de passageiros em 2013. No segmento de mobilidade urbana, a Invepar está presente por meio da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("Metrorio") e a Concessionária do VLT Carioca S.A. ("VLT Carioca"), ambas na cidade do Rio de Janeiro. Comprometida com o desenvolvimento sustentável, a Invepar é signatária do Pacto Global da ONU desde 2010.

Além das doze concessões mencionadas, a Invepar detém outras duas empresas:

- PEX S.A. ("PEX" ou "Passo Expresso"), empresa que presta serviços de cobrança automática de pedágios, em cinco concessões do grupo Invepar - LAMSA, CBN, CLN, CRA e CRT - e também em Via Lagos e Ponte Rio-Niterói.
- MetroBarra S.A. ("MetroBarra"), empresa responsável pela aquisição e disponibilização dos materiais rodantes e sistemas que serão utilizados na Linha 4 do metrô no Estado do Rio de Janeiro, com entrada em operação prevista para maio de 2016. A construção é de responsabilidade da Concessionária Rio Barra, que detém os direitos de exploração da Linha 4, do qual o atual existe um contrato de entrega de opção de compra e venda assinado, cujo exercício depende de condições precedentes.

7.2 CUSTOS & DESPESAS

R\$ MM	2013	2012	Δ
Custos & Despesas Operacionais	(4.336,8)	(2.095,0)	107,0%
Pessoal	(501,1)	(277,9)	80,4%
Conservação & Manutenção Operacionais	(174,7)	(90,3)	93,4%
Outorga Variável	(287,8)	(163,8)	73,7%
Despesas Administrativas	(151,8)	(21,6)	601,8%
Custo de Construção (IFRS)	(209,3)	(141,1)	48,9%
Custo de Construção (IFRS)	(2.347,7)	(1.174,2)	99,9%
Provisão para Manutenção (IFRS)	(12,9)	(6,5)	97,6%
Depreciação & Amortização	(651,4)	(219,6)	196,6%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados¹	(1.976,2)	(914,3)	116,1%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

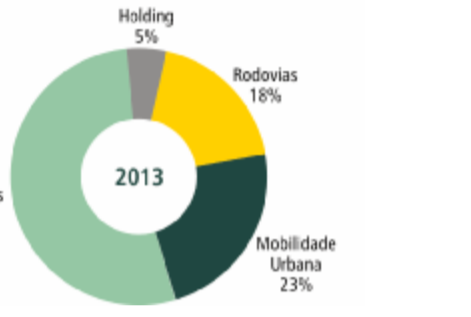
Em 2013, os Custos e Despesas Operacionais totalizaram R\$ 4,3 bilhões. Incluiu neste valor, estão R\$ 2,3 bilhões de custo de construção e R\$ 12,9 milhões de provisão para manutenção relacionados ao IFRS. Para efeito de análise, os Custos e Despesas Operacionais Ajustados não contemplam estes valores. Em relação ao ano anterior, o aumento de R\$ 1,1 bilhão em Custos e Despesas Operacionais Ajustados ocorreu devido à:

Novas Empresas: (desconsiderando GRU Airport): as empresas pré-operacionais ou com menos de 12 meses de operação – VPR e MetroBarra – adicionaram R\$ 56,0 milhões de custos e despesas ao grupo.

Mobilidade Urbana: aumento de custos e despesas na operação da MetrôRio em R\$ 49,0 milhões no ano de 2013 devido à evolução do quadro de funcionários, reajustes salariais, renovação e aumento de locação da frota de ônibus da operação Metrô na Superfície, além de maiores gastos operacionais advindos do aumento da frota de 30 para 49 trens.

Aeroportos: primeiro ano completo de operação de GRU Airport, impactando em R\$ 887,2 milhões de custos e despesas no ano.

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS AJUSTADOS



7.3 EBITDA & MARGEM EBITDA

R\$ MM	2013	2012	Δ
Equivalência Patrimonial	2,6	6,2	-57,4%
EBIT	522,8	201,2	159,8%
(+) Depreciação & Amortização	651,4	219,6	196,6%
EBITDA¹	1.174,2	420,8	179,0%
Ajustes	(41,1)	(14,0)	193,6%
(-) Receita de Construção (IFRS)	(2.401,7)	(1.194,7)	101,0%
(+) Custo de Construção (IFRS)	2.347,7	1.174,2	99,9%
(-) Provisão de Manutenção (IFRS)	12,9	6,5	97,6%
EBITDA Ajustado²	1.133,1	406,8	178,5%
Receita Líquida Ajustada²	2.455,3	1.095,3	124,2%
Margem EBITDA (%) Ajustada²	46,1%	37,1%	9,0p.p.

¹Instrução CVM Nº527/12; ² Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

R\$ MM	2013	2012	Δ
EBITDA Ajustado¹	1.133,1	406,8	178,5%
Rodovias	376,4	255,5	47,3%
Mobilidade Urbana	196,2	195,3	0,5%
Aeroportos	628,6	4,5	13.731,0%
Holding	(68,1)	(48,5)	40,5%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

O EBITDA consolidado, considerando o impacto IFRS, totalizou R\$ 1,2 bilhão, um aumento de 179,0% em relação ao ano de 2012. O EBITDA Ajustado consolidado, líquido do efeito do IFRS, atingiu R\$ 1,1 bilhão em 2013, com uma Margem EBITDA de 46,1%, resultando em crescimento de R\$ 726,3 milhões e aumento de 9,0 p.p. da Margem EBITDA Ajustada em relação a 2012. Os principais impactos em cada segmento foram:

Rodovias: R\$ 120,9 milhões de crescimento entre os períodos, principalmente relacionado ao início da prestação de serviços, em fevereiro/13, da VPR – com R\$ 47,3 milhões – ramp up da CART, contribuindo com R\$ 23,9 milhões, e LAMSA, adicionando R\$ 13,0 milhões.

Mobilidade Urbana: R\$ 0,9 milhão de crescimento influenciado principalmente pelo aumento de passageiros pagantes entre os períodos.

Aeroportos: primeiro ano completo de operação de GRU Airport, adicionando ao grupo R\$ 624,1 milhões de EBITDA Ajustado no período.

7.4 RESULTADO FINANCEIRO

Em 2013, o resultado financeiro líquido totalizou R\$ 232,1 milhões de despesas líquidas, apresentando um crescimento de R\$ 80,0 milhões em relação a 2012.

Os segmentos de Rodovias e Aeroportos tiveram um aumento das despesas líquidas de R\$ 59,0 milhões e R\$ 57,4 milhões, respectivamente, totalizando R\$ 116,3 milhões. Por outro lado, o segmento de Mobilidade Urbana apresentou uma melhora no Resultado Financeiro de R\$ 66,9 milhões, devido ao menor custo da dívida e de baixas de variação cambial sobre provisões contábeis relacionadas à importação dos novos trens.

7.5 LUCRO LÍQUIDO

O Lucro Líquido do exercício foi de R\$ 96,2 milhões, representando um aumento de quase 4 vezes ou R\$ 71,6 milhões em relação a 2012 (R\$ 24,6 milhões).

7.6 DISPONIBILIDADES & ENDIVIDAMENTO

R\$ MM	2013	2012	Δ
Dívida Bruta	6.147,6	3.518,6	74,7%
Curto Prazo	463,2	116,2	298,6%
Longo Prazo	5.684,5	3.402,4	67,1%
Disponibilidades	1.968,5	1.716,7	14,7%
Caixa e equivalentes de caixa	1.410,6	1.025,3	37,6%
Aplicações Financeiras	557,9	691,4	-19,3%
Dívida Líquida	4.179,2	1.801,9	131,9%

O grupo Invepar encerrou o exercício de 2013 com saldo de caixa disponível e aplicações financeiras no total aproximado de R\$ 2,0 bilhões, 14,7% superior a 2012. Este aumento ocorreu devido às captações e à geração de caixa operacional do grupo.

A dívida bruta consolidada da Companhia atingiu R\$ 6,1 bilhões no exercício, representando um aumento de 74,7%, equivalente a R\$ 2,6 bilhões de captações líquidas, em relação a 2012. O montante da dívida com vencimento no longo prazo representa 92% em 31/12/2013, ante 96% em 31/12/2012. O crescimento da dívida ocorreu em razão da captação de empréstimos, debêntures e notas promissórias para os investimentos das concessões dentre as quais se destacam:

- i. captação de R\$ 1,8 bilhão para GRU Airport, sendo que parte desse montante quitou o Empréstimo-Ponte contratado no final de 2012. Esta captação é parte de um montante total contratado junto ao BNDES de R\$ 3,4 bilhões (R\$ 2,4 bilhões a serem liberados diretamente pelo BNDES e R\$ 1,0 bilhão por repasse, dividido entre BB, Bradesco, CEF, HSBC e IBBA);
- ii. captação de R\$ 600 milhões através de emissão de debêntures para MetroBarra (parte dessa captação quitou uma primeira emissão de R\$ 150 milhões ocorrida no primeiro semestre);
- iii. liberação de cerca de R\$ 330 milhões (405 milhões de Novos Soles Peruanos) para VPR, parte do financiamento contratado em 2012;
- iv. emissão da 6ª Nota Promissória do MetrôRio no montante de R\$ 160 milhões;
- v. liberação de cerca de R\$ 95 milhões na CART, no contexto do contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES assinado em 2010.

7.7 PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Em 2013 os investimentos totalizaram R\$ 3,0 bilhões. Entre os principais investimentos realizados neste ano e a serem realizados para os próximos anos, destacamos:

RODovIAS

Via Parque Rímac: (i) avanço na construção do túnel de 2 km por baixo do Rio Rímac; (ii) início da construção de 6 dos 12 viadutos previstos para o projeto; (iii) construção do Complexo Multifamiliar Patio Lima, destinado às famílias reassentadas; (iv) requalificação de 16 km da Via de Evitamento; (v) implementação tecnológica (CCO, ITS, Video Wall, Contadores Laser, câmeras de vídeo); (vi) aquisição de veículos; e (vii) implementação das praças de pedágio.

CLN: Obras de restauração e retomada das obras de duplicação da última etapa do Projeto Itacimirim - Praia do Forte e Ponte sobre Rio Pojuca.

CART: (i) continuação das obras de duplicação de via – mais de 80 km concluídos no 5º ano da concessão; e (ii) implantação de melhorias na via como as obras no "Trevo de Ourinhos", recuperação de mais de 206 pontos de erosão e restauração de 209 km de pista simples ao longo do trecho sob concessão entre outras ações.

MOBILIDADE URBANA

MetrôRio: (i) entrada em operação dos 19 novos trens aduados, que possibilitaram a expansão da capacidade em mais de 60%, totalizando 49 trens com 294 carros; (ii) construção da Estação Uruguaçu (inaugurada em 15 de março de 2014); (iii) implantação de novas subestações retilificadoras de energia nas Estações e no Centro de Manutenção com previsão de conclusão no 2º trimestre de 2014, e (iv) construção de novo estacionamento de trens.

MetrôBarra: (i) acompanhamento e gerenciamento do projeto Linha 4 e (ii) contratação para fabricação de 15 trens com 90 carros no total.

AEROPORTOS

GRU Airport: ao longo de 2013, foram concluídos diversos investimentos relevantes para a ampliação e modernização da estrutura do aeroporto: (i) o primeiro edifício-garagem, em maio/13, que acrescentou 2.644 vagas de estacionamento; (ii) um novo Data Center e Centro de Controle (GCC), em julho/13; (iii) a expansão do TPS 2, em agosto/13, em aproximadamente 6 mil m², com uma nova praça de alimentação e duplicação da loja de Duty Free de desembarque; (iv) o Pátio Lima, com 13 novas posições para aeronaves categoria E; (v) ampliação do Terminal de Cargas totalizando 97 mil m²; (vi) início da reforma e ampliação da pista de taxiamento, a PR-A, que irá aumentar a eficiência operacional aérea; (vii) aquisição de veículo de combate a incêndios, o Panther, um dos mais modernos do mundo e utilizado em mais de 80 aeroportos; (viii) até abril/2014 serão inaugurados dois pátes adicionais aumentando em mais 34 posições de aeronaves categoria C, e (ix) em maio/14 será inaugurado o novo terminal de passageiros (TPS 3), que aumentará a capacidade do aeroporto em 12 milhões de passageiros/ano. Também foi iniciado o (x) alargamento da pista 09L/27R visando receber aeronaves da categoria "F".

7.8 DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS

Propõe-se que o lucro líquido do exercício findo em 31.12.13, no montante de R\$ 96,2 milhões, seja distribuído da seguinte forma: (i) o montante de R\$ 48,1 milhões para constituição da reserva legal de 5% conforme a Lei nº 6.404/76; (ii) o montante de R\$ 22,8 milhões referente aos dividendos mínimos obrigatórios de 25%, conforme estabelecido no Estatuto Social da Invepar; (iii) o montante de R\$ 68,6 milhões para a conta de Reserva de Retenção de Lucros, conforme Orçamento de Capital apresentado nos termos do art. 196 § 1º da Lei nº 6.404/76.

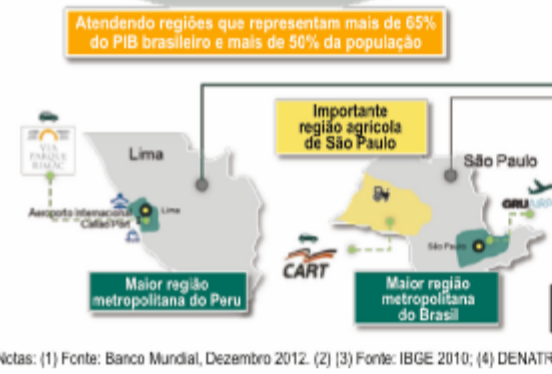
8. NOVAS FERRAMENTAS DE GESTÃO

Sistemas e metodologias de gestão

Desde a sua constituição, em 2000, a Invepar aumentou continuamente seus investimentos, sua equipe e o número de empresas controladas, o que gerou a demanda por uma gestão ainda mais profissionalizada e automatizada. A partir de então a Companhia busca melhorias contínuas em seus processos, e em 2013, implementou o software BPC (Business Planning & Consolidation), com o qual automatizou o processo de planejamento e orçamento.

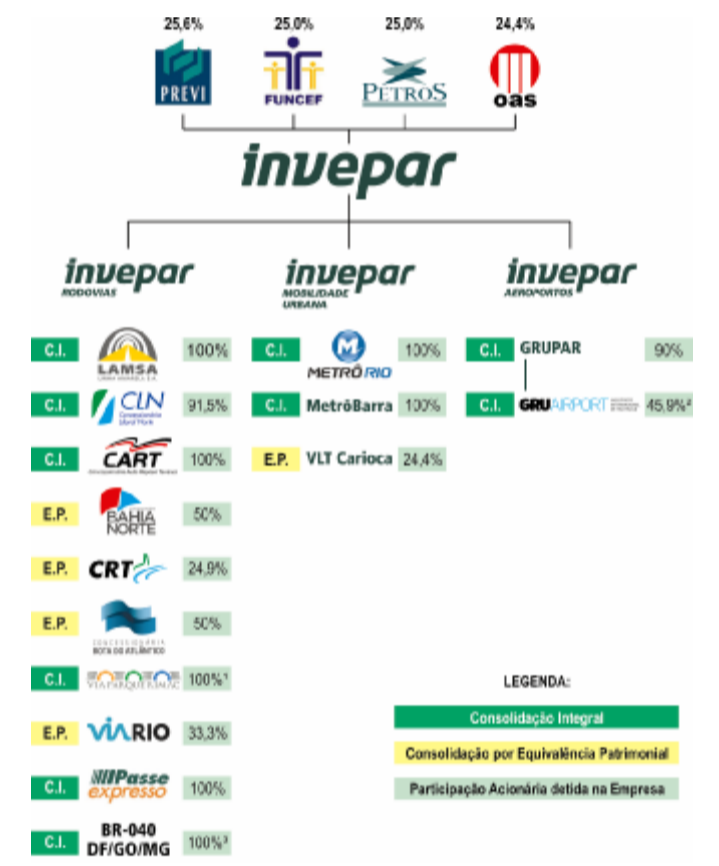
A Invepar também passou a utilizar a metodologia do OBZ (Orçamento Base Zero), cujo principal objetivo é melhorar a eficiência na gestão dos gastos. O OBZ permitirá um melhor conhecimento e otimização da estrutura de custos necessária para cada concessão da Invepar, possibilitando evitar desperdícios, criar sinergias e atenuar os diversos cenários, enfrentando-os com antecedência. A metodologia está sendo implantada na Holding, LAMSA, CART, MetrôRio e em GRU Airport.

Localização	Produção ('000) ⁽¹⁾	PIB ⁽²⁾ (US\$ bil) (% do PIB brasileiro)	PIB per capita ⁽³⁾ ('000 US\$)	Veículos ⁽⁴⁾ ('00)
Estado de São Paulo	41.693	709,32,1%	14,3	24.027
Estado do Rio de Janeiro	16.398	231,10,8%	12,2	5.413
Estado de Minas Gerais	19.597	290,8,1%	16,2	8.640
Estado da Bahia	15.044	67,4,1%	5,1	3.041
Distrito Federal	2.570	85,4,0%	33,2	1.457
Estado de Goiás	6.063	55,2,0%	9,2	3.065
Estado de Pernambuco	9.208	48,2,9%	5,0	2.315
Peru	29.990 ⁽¹⁾	197 ⁽¹⁾	6,5 ⁽¹⁾	2,162 ⁽¹⁾



Notas: (1) Fonte: Banco Mundial, Dezembro 2012. (2) (3) Fonte: IBGE 2010; (4) DENATRAN, Julho 2013.

Abaixo, segue ilustração que demonstra a participação acionária da Invepar nas empresas do grupo, assim como a Consolidação do Resultado na metodologia IFRS e CPC vigente:



• Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro:

Em dezembro de 2012, a Invepar celebrou um Contrato de outorga de opções de compra e venda de ações da Concessionária Rio Barra, responsável pela concessão da Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro, consolidando-se como a única operadora de metrô do Estado do Rio de Janeiro.

• A Invepar, através da MetroBarra (subsidiária integral), é responsável por disponibilizar material rodante e sistemas para operação da Linha 4, que ligará a Zona Sul à Barra da Tijuca. Em agosto/13, iniciou-se o processo de fabricação dos 15 trens (90 carros) que servirão à operação da Linha 4.

• Com sua entrada em operação em 2016, a Linha 4 acrescentará 16 quilômetros e 6 novas estações ao sistema metroviário (que contava em dez/13 com 41 quilômetros e 35 estações), atendendo cerca de 300 mil passageiros por dia.

• **MetrôRio:**

- No final de março/13, todos os 19 novos trens adquiridos pelo MetrôRio estavam operacionais, aumentando a capacidade do sistema em mais de 60%.
- Merecem destaque as operações especiais do MetrôRio durante a Copa das Confederações e a praça e a Jornada Mundial da Juventude, em junho, que contou com a visita do Papa Francisco e a presença de mais de 300 mil peregrinos de 175 países: em apenas uma semana, foram transportadas mais de 3,7 milhões de pessoas, o equivalente ao público de 46 Maracanãs lotados.

Aeroportos

• **GRU Airport:**

- Em Fevereiro de 2013, a Concessionária assumiu o controle definitivo do Aeroporto.
- Foram renegociados contratos de diversos prestadores de serviço e parceiros comerciais e implementado um novo conceito de exploração comercial para o aeroporto, incluindo novas áreas, revisão do mix de lojas e a expansão do estacionamento.
- Iniciou-se um plano de investimentos focado na melhoria da segurança, qualidade na prestação de serviços, aumento de capacidade e produtividade do aeroporto.
- Em 2013, o número de passageiros cresceu em 9,9% em relação ao ano anterior, em função principalmente da chegada de novas operações de companhias aéreas, pela maior frequência de voos de algumas empresas e pelo aumento do tamanho das aeronaves e da taxa de utilização das mesmas. Em 2013, 8 novas companhias aéreas internacionais (US Airways, Ethihad Airways, Cubana de Aviação, Ethiopian Airlines, Linea Aerea Del Ecuador, Royal Air Maroc, Air Europa, BQB Lines Aéreas) iniciaram operação no aeroporto com 33 novos destinos. As companhias aéreas estrangeiras adicionaram 9 novos voos regulares em países como Estados Unidos, Emirados Árabes, Cuba, Etiópia, Togo, Equador, Marrocos, Espanha e Uruguai. Estes dados comprovam que o Aeroporto é estratégico para as empresas, tanto pela oferta de conexões domésticas e na América do Sul, quanto por estar próximo ao maior centro econômico do País.
- Foram aprimorados os processos de desembarco do Terminal de cargas: em Janeiro de 2013, o tempo médio de atendimento para liberação da DI (declaração de importação) no terminal de cargas era de 1h08min. Já em Novembro e Dezembro do mesmo ano, o tempo médio caiu para 30 minutos. Neste mesmo período, o tempo médio de encerramento de voo para movimentação da carga caiu de 6h31min para 4h43 min. A maior agilidade na operação, permite que haja aumento na capacidade de movimentação do terminal de cargas.

5. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS.

A Companhia recebeu em 2013 três premiações importantes, que reconheceram a excelência em estruturação financeira das operações de financiamento de Via Parque Rímac, CART e GRU Airport:

- O financiamento de US\$ 520 milhões equivalentes da Via Parque Rímac foi vencedor do Latin Finance Infrastructure Finance Awards 2013, na categoria "Best Infrastructure Finance - Andean Region". Este prêmio já havia sido vencedor do prêmio Latin America PPP Deal of the Year 2012 pela Revista Project Finance (Euromoney).
- A emissão de 2 séries de debêntures da CART, sendo uma delas de debêntures de infraestrutura incentivadas, no valor total de R\$ 750 milhões, realizada em dezembro de 2012, teve o reconhecimento da revista LatinFinance, com o prêmio Latin Finance Infrastructure Finance Awards 2013, na categoria "Best Infrastructure Financing - Brazil". A emissão da CART representou também a primeira debênture de infraestrutura a contar com a participação de investidores estrangeiros, o que foi destacado pela imprensa.
- A Revista Project Finance (Euromoney) concedeu à Invepar e à GRU Airport o prêmio Latin America Airports Deal of the Year 2013, pelo projeto de financiamento do maior aeroporto da América Latina. Entre os fatores destacados pela publicação estão: a estruturação do projeto na modalidade Project Finance Non-Recourse desde o momento do Empréstimo-Ponte; o fato de ser uma das maiores operações do gênero na área de transporte na América Latina em 2013; o pioneirismo em ser a primeira operação de Financiamento de Longo Prazo realizada por uma Concessão de aeroporto no Brasil; a estrutura de financiamento agregando BNDES, bancos privados e emissão de debêntures de infraestrutura, compartilhando o mesmo pacote de garantias.

6. DESEMPENHO OPERACIONAL

Indicadores Operacionais	2013	2012	Δ
Rodovias (MM)			
Veículos Equivalentes Pagantes - VEPs	212,2	147,4	44,0%
Mobilidade Urbana (MM)			
PAX Transportados	192,5	187,7	2,5%
PAX Pagantes	173,4	168,6	2,9%
Aeroportos			
PAX Total (MM)	36,0	32,7	9,9%
Movimento Total de Aeronaves (mil)	284,2	273,8	3,8%
Carga TECA (mil toneladas)	343,8	335,2	2,6%

Rodovias: o tráfego consolidado em 2013 ultrapassou 212 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEP), um crescimento de 44,0% em relação ao ano anterior, influenciado principalmente pelo: (i) início da operação da Via Parque Rímac, uma via expressa urbana localizada em Lima, no Peru; (5 milhões de VEPs); e (ii) aumento do tráfego da CBN (+12,1%) devido às melhorias da via em função das obras realizadas; e (iii) aumento de tráfego da CART (+9,6%) influenciado pelo agronegócio da região.

Mobilidade urbana: o fechamento provisório da Estação General Osório em fevereiro de 2013 devido às obras de expansão da Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro impactou negativamente o crescimento de passageiros em 2013. A sua reabertura, na segunda quinzena de dezembro, aponta para uma recuperação em 2014. A estação Cantagalo também ficou provisoriamente fechada por duas semanas no primeiro trimestre do ano. Ainda assim, devido à maior capacidade do sistema com a operação dos novos trens e ao reforço dos ônibus na superfície, foi possível aumentar o número de passageiros transportados em 2,5% (+2,9% de passageiros pagantes) em relação a 2012.

Aeroportos: o ano de 2013 foi o primeiro ano completo em que a concessionária GRU Airport operou o Aeroporto Internacional de Guarulhos, implementando diversos processos e melhorias que resultaram em ganhos operacionais. A consolidação de GRU como um hub na América Latina impulsionou o crescimento de passageiros em 9,9% no ano, atingindo a marca de 36 milhões de passageiros transportados. Grande parte desse crescimento ocorreu em função do aumento significativo no número de voos, tanto domésticos quanto internacionais, em decorrência das estratégias das companhias aéreas de concentrar tráfego em GRU e oferecer uma maior possibilidade de serviços e novas rotas aéreas aos seus passageiros. Ademais, foram efetuados 284 mil pousos e decolagens, um aumento de 3,8% em relação a 2012, e processadas 344 mil toneladas de carga no TECA, volume 2,6% superior ao ano anterior.

7. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (CONSOLIDADO)

7.1 RECEITA OPERACIONAL

Em 2013 a Invepar atingiu uma Receita Bruta Consolidada de R\$ 5,1 bilhões, mais que o dobro em relação ao mesmo exercício de 2012. Parte da Receita Bruta Consolidada, R\$ 2,4 bilhões, é relacionada à receita de construção advinda das normas do IFRS.

R\$ MM	2013	2012	Δ
Receita Bruta	5.077,0	2.383,9	113,0%
Receita de Rodovias	691,3	498,8	38,6%
Receita de Mobilidade Urbana	576,3	541,3	6,5%
Receita de Aeroportos	1.407,8	146,9	945,5%
Receita de Construção (IFRS)	2.401,7	1.194,8	101,0%
Rece			



Novas metodologias de gestão para 2014 estão sendo implementadas. Uma delas consiste na ação de um melhor planejamento e acompanhamento de projetos PMO (Project Management Office), que contemplará processos e ferramentas baseadas na metodologia PMI (Project Management Institute). O PMO confere maior visibilidade aos projetos, facilitando a tomada de decisão por parte da administração. Permitirá o planejamento, acompanhamento e controle físico e financeiro dos projetos de forma organizada, dentro de padrões previamente definidos. As primeiras empresas a trabalhar com essa metodologia são a CART, MetrôRio, GRU Airport, Via Parque Rímac, ViaRio e no projeto Linha 4.

9. GESTÃO DE COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA

Apesar de 2013, a marca Invepar esteve ainda mais presente nos veículos de imprensa e exposta de forma mais intensa em comunicações de marketing. Ao todo, foram 1.134 citações ao nome Invepar na mídia, cerca de 60% a mais que em 2012, apontando a consolidação da marca.

Ademais, alinhada às melhores práticas de comunicação institucional, a Invepar desenvolveu novos procedimentos de gestão de crise, visando proteger a imagem da Invepar diante de ocorrências que possam prejudicar o entendimento dos stakeholders sobre o seu desempenho e o de suas atividades. Nesse sentido, ferramentas e processos foram criados, incluindo um Guia de Comunicação de Crise da Invepar, a instalação de comitês de crise nas empresas, e treinamento com os executivos do grupo.

10. INSTITUTO INVEPAR

Como um grupo empresarial comprometido com o destino do país, a Invepar adota uma gestão responsável, promovendo a sustentabilidade ao longo prazo, e o desenvolvimento econômico com equilíbrio social e ambiental das comunidades em que atua.

Elabora diretrizes e princípios de Responsabilidade Social e Investimento Social Privado através de seu Instituto, tendo como principais focos de atuação:

- Formalização dos locais e das comunidades impactadas pelos seus negócios, através da execução da estratégia de Investimento Social Privado;

- 30 mil pessoas beneficiadas em 2013, com aportes de R\$ 5,3 milhões em projetos com recursos próprios e de terceiros;

- Lançamento do segundo edital do Instituto Socioambiental Invepar.

II. Apoio ao desenvolvimento de iniciativas e processos de gestão responsável e sustentável às empresas do grupo, tais como:

- Uso dos Indicadores de Melhores Práticas de Responsabilidade Social nas empresas do grupo como subsídio para elaboração de Planos de Melhoria Contínua;

- Realização de inventários de carbono em empresas do grupo (LAMSA, CLN, e MetrôRio) de acordo com a metodologia GHG Protocolo;

- Valorização de fornecedores locais e implantação de cautelas socioambientais na cadeia de fornecimento das empresas do grupo;

- Formulação da estratégia corporativa de Mobilidade Sustentável em parceria com o UniEthos.

11. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Invepar é uma Companhia aberta, associada ao Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), que pauta sua gestão pelas melhores práticas de Governança Corporativa do mercado, com o intuito manter processos confiáveis que visa maximizar o retorno dos acionistas e garantir a sustentabilidade dos seus negócios.

A Companhia é administrada por uma Diretoria e um Conselho de Administração, o qual atua de forma estratégica no direcionamento dos negócios e conta com o auxílio de quatro Comitês de Assessoramento, sendo eles: (i) Comitê Financeiro e de Investimento; (ii) Comitê de Obras; (iii) Comitê de Recursos Humanos e Governança; e (iv) Comitê de Auditoria Interna. A Invepar conta, ainda, com um Conselho Fiscal de funcionamento permanente.

Com uma gestão transparente e o compromisso de criar valor para seus acionistas, a Companhia possui uma área de Governança Corporativa, responsável por centralizar e atender as demandas de seus acionistas e dos Conselhos de Administração e Fiscal. Para tanto, a área utiliza-se de um Portal de Governança, cujo objetivo é o armazenamento seguro, em um único ambiente, de todas as informações e documentos relevantes ao processo decisório.

12. RECURSOS HUMANOS

A área de Recursos Humanos da Invepar tem como premissa garantir o alinhamento cultural, a gestão do conhecimento, o desenvolvimento dos indivíduos e equipes e das competências de liderança, contribuindo para o alcance dos resultados da organização. Em 2013, o grupo Invepar contava com 6.869 funcionários, um aumento de 34% em relação a 2012, comprovando a forte tendência de crescimento dos últimos anos. Para suportar essa estratégia, a valorização e desenvolvimento de seu capital humano são questões prioritárias para a Invepar. A Companhia adota políticas, incluindo as de remuneração, benefícios e desenvolvimento organizacional, processos e estruturas compatíveis com as melhores práticas de mercado.

Programa de Carreira e Sucesso

A Invepar adota como princípio prioritário o aproveitamento de seus funcionários nas oportunidades internas. A gestão de talentos do grupo é feita por meio do Programa de Carreira e Sucesso. Através de avaliações por competências 180º e da formação dos comitês de carreira é definido o Mapa de Sucesso da Companhia, um processo que envolve o estabelecimento da sucessão de todos os gestores do grupo até o presidente da Invepar. Conhecer e garantir a sucessão internamente ajuda a reforçar e manter a cultura Invepar.

Desenvolvimento profissional

Tendo suas competências como ponto de partida, a Invepar promove iniciativas com o propósito de atrair talentos, capacitá-los e desenvolvê-los de forma a sempre contar com profissionais capazes de colocar suas estratégias de crescimento em prática. São os casos do Programa de Trainees, do Programa de Desenvolvimento de Líderes e do Programa de Desenvolvimento Individual de Executivos.

13. EVENTOS SUBSEQUENTES

- Início de auferimento de receitas da CRA;

- Em 4 de janeiro de 2014 iniciou-se a operação da CRA, no complexo viário de Suape, registrando no primeiro mês de operação um total de 640 mil VEPs nas praças de pedágio.

- Emissão de Debêntures da Invepar;

- Em 6 de fevereiro de 2014, o Conselho de Administração da Invepar autorizou a realização da 2ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos e sob regime de garantia firme de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, de até R\$ 470 milhões. Em 24 de fevereiro de 2014 foi integralizado o valor nominal de R\$ 300 milhões, e ao longo de 2014, poderão ocorrer novas integrações até o montante nominal total de R\$ 170 milhões.

- Os recursos obtidos pela Companhia por meio da emissão das Debêntures serão destinados direta ou indiretamente à realização de investimentos em empresas nas quais a Companhia possui participação acionária.

- Emissão de Debêntures de GRU Airport

Em 5 de dezembro de 2013 e em 28 de janeiro de 2014, a Companhia aprovou por meio de AGE, a emissão de debêntures simples de infraestrutura (lei 12.432), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em 4 séries, com esforço restrito de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, no montante total de R\$ 300 milhões. O instrumento de emissão foi celebrado em 26 de fevereiro de 2014 com liquidação financeira prevista para março de 2014.

- Constituição da BR-040 e assinatura do contrato de concessão em 12/03/2014;

- A concessionária é responsável pela recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário BR-040/DF/GO/MG, pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período.

- Inauguração da estação Uruguai do MetrôRio em 15/03/2014;

- A estação Uruguai, localizada no bairro da Tijuca, é a 36ª estação do metrô do Rio de Janeiro, adicionando 1,1km de extensão na Linha 1. A estação tem mais de 7 mil m² de área construída, contando com 5 pontos de acesso e cerca de 36 mil passageiros são esperados por dia útil.

14. PERSPECTIVAS 2014

Novos Negócios: A Invepar continuará buscando novas oportunidades – no âmbito federal, estadual e municipal no Brasil e no exterior – sempre tendo como foco os seus segmentos de atuação e a criação de valor para os nossos acionistas.

15. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Invepar apresenta suas demonstrações financeiras consolidadas do ano de 2013 de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), aplicáveis às operações da Companhia.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, o grupo utiliza os serviços de auditoria independente da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. No exercício encerrado em dezembro de 2013, além de serviços relacionados à auditoria contábil, também foram contratados aproximadamente R\$ 240 mil em serviços prestados pela área de Capital Market, relacionados à revisão do Formulário de Referência e notas explicativas.

A Invepar celebrou contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes que passará a atuar como auditor independente do grupo Invepar a partir do exercício de 2014.

Essa contratação visa atender ao disposto no artigo 31 da Instrução CVM 308/99, o qual determina a rotatividade dos auditores independentes a cada cinco anos, e contou com a anuência dos nossos atuais auditores, Ernst & Young Terco Auditores Independentes e aprovação do Conselho de Administração da Invepar.

16. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria da Invepar declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório da Ernst & Young Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

17. AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos que contribuíram para o êxito alcançado pela Companhia neste exercício.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2014.

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012, 2011 e 01/01/2011 (Em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado			
	31/12/13	31/12/12	31/12/11	01/01/11	31/12/13	31/12/12	31/12/11	01/01/11
						(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	102.221	490.471	220.580	2.161	1.410.591	1.025.307	258.770	87.005
Aplicações financeiras (Nota 3)	-	53.051	-	-	529.967	444.905	277.320	-
Contas a receber (Nota 4)	-	-	-	-	209.436	160.679	24.211	22.404
Estoques (Nota 5)	-	-	-	-	35.229	16.526	13.506	15.300
Impostos a recuperar (Nota 6.a)	21.091	21.431	9.238	1.263	89.126	48.045	24.334	9.833
Debêntures (Nota 7.b)	-	-	38.415	34.842	-	-	-	-
Adiantamentos	225	418	98	523	26.646	20.442	2.633	8.261
Dividendos e juros sobre o capital próprio (Nota 7.a)	24.903	15.113	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas (Nota 7.a)	9.240	20.429	-	42.499	-	-	2.399	16.299
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	5.124	-	-	-
Outros	3.696	-	279	143	7.006	5.887	8.298	7.249
	161.376	600.913	268.610	81.431	2.313.125	1.721.791	611.471	166.351
Não circulante								
Aplicações financeiras (Nota 3)	-	-	-	-	27.894	246.481	30.592	23.191
Contas a receber (Nota 4)	-	-	-	-	6.196	5.445	4.365	4.052
Impostos a recuperar (Nota 6.a)	-	-	1.443	3.798	34.114	5.020	1.443	3.798
Impostos diferidos (Nota 6.b)	-	-	-	-	155.536	160.828	135.302	77.170
Debêntures (Nota 7.b)	-	-	498.712	469.750	-	-	-	-
Depósitos judiciais (Nota 14)	200	200	200	-	67.844	46.299	36.051	26.031
Partes relacionadas (Nota 7.a)	1.244	1.244	1.244	1.244	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	53.691	-	9	5.100
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	1.801	-	-	-
Investimentos (Nota 8)	3.778.379	3.221.851	1.453.534	1.337.989	170.673	140.687	122.920	93.873
Imobilizado (Nota 10)	2.514	2.990	3.003	1.178	433.237	263.196	208.819	189.966
Intangível (Nota 11)	16.904	14.307	282	141	20.415.279	17.557.836	3.634.675	3.240.725
	3.799.241	3.240.592	1.958.418	1.814.100	21.366.265	18.425.792	4.174.176	3.663.906
Total do ativo	3.960.617	3.841.505	2.227.028	1.895.531	23.679.390	20.147.583	4.785.647	3.830.257
Passivo e patrimônio líquido								
Circulante								
Fornecedores	7.290	6.317	1.577	4.143	269.609	202.489	37.120	55.153
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	-	-	-	-	339.968	111.689	463.092	324.591
Debêntures (Nota 12)	-	-	-	-	123.185	4.495	118.512	34.375
Impostos a recolher (Nota 6.c)	2.051	1.238	920	299	46.763	46.321	29.927	23.995
Obrigações com empregados e administradores	11.516	7.524	5.736	3.523	76.602	39.486	38.583	28.128
Concessão de serviço público (Nota 13)	-	-	-	-	1.364.036	1.191.836	348.469	124.726
Adiantamentos de clientes	-	-	-	-	14.386	14.607	11.955	3.887
Partes relacionadas (Nota 7.a)	240	620	-	-	20.644	17.634	-	116
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	22.842	1.511	-	-	37.530	1.511	-	-
Outros	-	-	-	-	5.923	66.715	8.167	19.594
Total do passivo circulante	43.939	17.210	102.483	42.807	252.236	1.696.783	1,075.825	614.565
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	-	-	-	-	3.960.117	2.214.484	1.074.931	1.051.617
Debêntures (Nota 12)	-	-	-	-	1.724.366	1.187.917	843.299	470.221
Impostos a recolher (Nota 6.c)	-	-	-	-	522	205	1.936	1.557
Impostos diferidos (Nota 6.b)	-	-	-	-	78.721	8.038	5.787	4.454
Concessão de serviço público (Nota 13)	-	-	-	-	10.797.718	10.943.690	58.318	279.382
Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais (Nota 14)	-	-	-	-	13.993	12.290	14.424	13.813
Receita diferida	-	-	-	-	91.110	49.714	11.662	-
Provisão para manutenção	-	-	-	-	33.444	20.534	14.000	6.057
Outros	-	-	-	-	192	116	-	904
Total do passivo não circulante	-	-	-	-	443.299	469.750	16.700.183	2,024.357
Patrimônio líquido (Nota 15)								
Capital social	3.351.958	3.351.958	1.699.466	1.341.591	3.351.958	3.351.958	1.699.466	1.341.591
Reserva de capital	432.539	432.539	-	-	432.539	432.539	-	-
Reserva de lucros	78.186	4.853	-	41.383	78.186	4.853	-	41.383
Prejuízo acumulado	-	-	(18.220)	-	-	-	(18.220)	-
Outros resultados abrangentes	53.995	34.945	-	-	53.995	34.945	-	-
Total do patrimônio líquido	3.916.678	3.824.295	1.681.246	1.382.974	3.916.678	3.824.295	1.681.246	1.382.974
Participação de não controladores	-	-	-	-	710.393	189.517	4.219	4.243
Total do passivo e patrimônio líquido	3.916.678	3.824.295	1.681.246	1.382.974	4.627.071	4.013.812	1.685.465	1.387.217
	3.960.617	3.841.505	2.227.028	1.895.531	23.679.390	20.147.583	4.785.647	3.830.257

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto lucro básico e diluído por ação, expresso em reais)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
			(reapresentado)	(reapresentado)
Receita líquida de serviços (Nota 20)	-	-	2.455.272	1.095.308
Receita de construção (Nota 20)	-	-	2.401.653	1.194.700
	-	-	4.856.925	2.290.008
Custo dos serviços prestados (Nota 20)	-	-	(1.466.044)	(610.032)
Custo de construção (Nota 20)	-	-	(2.347.675)	(1.174.180)
Lucro bruto	-	-	1.043.206	505.796
Despesas gerais e administrativas (Nota 20)	(93.221)	(58.978)	(34.130)	(523.439)
Equivalência patrimonial (Nota 8)	174.956	41.945	(24.536)	2.641
Recargas (despesas) operacionais, líquidas	58	(37)	-	389
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	81.793	(17.070)	(68.666)	522.797
Receitas financeiras (Nota 16)	26.295	87.964	82.798	203.811
Despesas financeiras (Nota 16)	(10.991)	(43.606)	(83.735)	(435.449)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	97.097	27.288	(5	



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 E 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais
A Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR ("Companhia" ou "Controladora"), cuja sede está localizada na Avenida Almirante Barroso, 52, 3º andar, Centro - Rio de Janeiro - RJ foi constituída sob a forma de "sociedade anônima". A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores e tem como objeto social a participação em outras sociedades, notadamente no setor de infraestrutura, como segue:

- Empresas controladas e controladas em conjunto**
- Rodovias**
Linha Amarela S.A. - LAMSA
Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART
Concessionária Bahia Norte S.A. - CBN
Concessionária Rio Teresopolis S.A. - CRT
Concessionária Rota do Atlântico - CRA
Linha Amarela Brasil S.A. - LAMBRA
Linha Amarela S.A.C. (VPR) - Via Parque Rimaç
Concessionária ViaRio S.A. - VIÁRIO
PEX S.A. - PEX
- Mobilidade Urbana**
Concessão Metropolitana do Rio de Janeiro S.A. - METRÔRIO
MetroBarra S.A. - METROBARRA
Concessionária do VLT Carioca S.A. - VLT

Aeroportos
Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUAPAR
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - GRU AIRPORT
A INVEPAR e o conjunto de empresas controladas e controladas em conjunto denominado "grupo Invepar" ou "grupo".

As demonstrações financeiras das controladas em conjunto CBN, CRT, CRA, VLT e ViaRio foram contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial (Nota 8 - Investimentos). Os períodos das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 20 de março de 2014.

2. Políticas contábeis
a) Demonstrações financeiras individuais
As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que diferem das normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo IFRS 9 - Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e a aplicação do método de equivalência patrimonial, que para fins de International Financial Reporting Standards - IFRS seria por custo ou valor justo.

b) Demonstrações financeiras consolidadas
As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

2.1. Mudança de prática contábil
Adoção ao CPC 19 - R2 Negócios em conjunto (IFRS 11)

Em novembro de 2012, foi aprovado o Pronunciamento Técnico CPC 19 - (R2) - Negócios em conjunto (IFRS 11), o qual eliminou a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto (ECC) com base na consolidação proporcional. Assim, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto devem ser contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais com início a partir 1º de janeiro de 2013, com aplicação retrospectiva a empreendimentos conjuntos mantidos na data da aplicação inicial, definida pela Companhia como 1º de janeiro de 2011.

Com a aplicação do CPC 19 - (R2) (IFRS 11), os investimentos na CBN, CRT, CRA, VLT e ViaRio, anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia como Investimentos em controladas em conjunto no ativo não circulante e como resultado da equivalência patrimonial nas demonstrações de resultado, nos fluxos de caixa e valor adicionado. Os exercícios comparativos (2012 e 2011) foram ajustados para refletir os efeitos da adoção dessa norma.

Reconciliação das demonstrações financeiras do exercício de 2012 e 2011
A aplicação desta norma não impactou as demonstrações financeiras individuais, e não proporcionou alterações significativas nas demonstrações financeiras consolidadas, como pode ser observado nos quadros a seguir.

Reconciliação do balanço patrimonial consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 1 de janeiro de 2011.

	31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
	Original-mente apre-sentado	Efeitos da adoção do Reapre-sentado CPC 19	Original-mente apre-sentado	Efeitos da adoção do Reapre-sentado CPC 19	Original-mente apre-sentado	Efeitos da adoção do Reapre-sentado CPC 19
Ativo						
circulante	1.732.933	(11.142)	1.721.791	641.474	(30.003)	611.471
Ativo não circulante	18.699.063	(273.271)	18.425.792	4.297.658	(123.482)	4.174.176
Total do ativo	20.431.996	(284.413)	20.147.583	4.939.132	(153.485)	4.785.647
Passivo e patrimônio líquido						
circulante	1.732.933	(11.142)	1.721.791	641.474	(30.003)	611.471
Ativo não circulante	18.699.063	(273.271)	18.425.792	4.297.658	(123.482)	4.174.176
Total do passivo e patrimônio líquido	20.431.996	(284.413)	20.147.583	4.939.132	(153.485)	4.785.647

Reconciliação da demonstração do resultado consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	2012		2011	
	Original-mente apre-sentado	Efeitos da adoção do Reapre-sentado CPC 19	Original-mente apre-sentado	Efeitos da adoção do Reapre-sentado CPC 19
Receita líquida de serviços	1.171.581	(76.273)	1.095.308	904.536
Receita de construção	2.938.751	(144.951)	1.194.700	599.695
Custo dos serviços prestados	(2.510.332)	(220.924)	(2.290.008)	(1.474.231)
Custo de construção	(644.122)	(34.090)	(610.332)	(534.176)
Lucro bruto	(1.316.996)	142.816	(1.174.180)	(555.437)
Despesas gerais e administrativas	549.214	(43.418)	505.796	384.618
Equivalência patrimonial	(329.188)	17.626	(311.562)	(202.370)
Outras receitas (despesas) operacionais	912	(2.202)	890	(2.391)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	220.938	(19.612)	201.326	179.857
Receitas financeiras	189.351	(1.112)	188.239	118.814
Despesas financeiras	(354.554)	13.805	(340.749)	(368.681)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	55.735	(6.919)	48.816	(70.010)
Correntes	(54.397)	6.201	(48.196)	(45.175)
Diferidos	16.687	718	17.405	55.558
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	18.025	-	18.025	(59.627)

Reconciliação da demonstração do fluxo de caixa consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	2012		2011	
	Original-mente apre-sentado	Efeitos da adoção do Reapre-sentado CPC 19	Original-mente apre-sentado	Efeitos da adoção do Reapre-sentado CPC 19
Fluxo de caixa das atividades operacionais	677.963	(70.876)	607.087	(79.342)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(2.167.085)	164.459	(2.002.626)	(698.289)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	2.252.323	(90.247)	2.162.076	950.362
Aumento líquido no caixa e equivalente de caixa	763.201	3.336	766.537	172.731

Reconciliação da demonstração do valor adicionado consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	2012		2011	
	Original-mente apre-sentado	Efeitos da adoção do Reapre-sentado CPC 19	Original-mente apre-sentado	Efeitos da adoção do Reapre-sentado CPC 19
Receitas	2.606.449	(224.187)	2.382.262	1.550.391
Insumos adquiridos de terceiros	(1.751.857)	164.428	(1.587.429)	(907.243)
Valor adicionado bruto	854.592	(59.759)	794.833	643.148
Retenções	(228.933)	8.333	(220.600)	(172.525)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	625.659	(51.426)	574.233	470.623
Valor adicionado recebido em transferência	189.352	5.089	194.441	118.814
Distribuição do valor adicionado	815.011	(46.337)	768.674	589.437
Pessoal e encargos	254.345	(14.213)	240.132	184.199
Impostos, taxas e contribuições	181.759	(12.740)	169.019	94.597
Remuneração capital de terceiros	355.613	(14.554)	341.059	370.268
Remuneração de capital próprio	33.294	(4.830)	18.464	(59.627)

2.2. Bases de consolidação
As demonstrações financeiras consolidadas incluem a INVEPAR e suas controladas, nas quais as participações da INVEPAR apresentadas como segue:

	% de participação da INVEPAR			
	2013	2012	2012	2011
LAMSA	99,99	99,99	99,99	99,99
CLN	99,99	91,49	99,99	99,99
CART	99,99	99,99	99,99	99,99
METRÔRIO	99,99	99,99	99,99	99,99
VIÁRIO	99,99	99,99	99,99	99,99
GRU PAR	99,99	99,99	99,99	99,99
PEX	99,99	99,99	99,99	99,99
METROBARRA	99,99	99,99	99,99	99,99
CONTROLADAS	-	-	-	-

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos votos (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos de voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade.

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

As demonstrações financeiras da controlada LAMBRA foram consolidadas utilizando-se os métodos de conversão previstos no CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (IAS 21).

As demais controladas foram consolidadas somando-se integralmente as contas de ativo, passivo e resultado, destacando-se a participação dos acionistas não controladores, quando aplicável.

A consolidação é feita a partir da data de aquisição de cada controlada e tem como principais procedimentos: (i) a eliminação das transações realizadas entre as empresas consolidadas; (ii) a eliminação das participações no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas; e (iii) a discriminação dos impactos pela mera conversão cambial das informações financeiras no Patrimônio Líquido.

Os períodos das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da Controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas.

2.3. Reconhecimento de receita
Os benefícios econômicos decorrentes da extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

a) **Receita de serviços**
A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

b) **Receita de juros**
A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) **Receita de construção**
O reconhecimento de receita de construção ocorre quando a Companhia possui investimentos em concessões rodoviárias, aeroportuárias, metrôviárias, e que tais concessões são alcançadas pela ICPC 01(R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18). Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

As margens de construção são calculadas por empresa, de acordo com a particularidade de cada negócio. Entretanto, o suficiente para cobrir a responsabilidade primária de cada concessionária e os custos incorridos pelas empresas com o gerenciamento e acompanhamento das obras, conforme determinado pelo OSCP 05 - Contratos de Concessão.

2.4. Conversão de Saldos denominados em moeda estrangeira
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda principal ambiente econômico, no qual a entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas no Brasil, definido pela Administração da Companhia, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) (IAS 21).

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas taxas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Os ativos e passivos da controlada no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa média do câmbio no mês das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são registradas em outras demonstrações do resultado. Ativos e passivos não monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no balanço patrimonial líquido, referente a essa controlada no exterior, e reconhecido na demonstração do resultado.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras
Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido e prazo determinado, sob o controle da Companhia, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

2.6. Contas a receber
As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os ressaltos, menos custos de recuperação de inadimplência tributária da Companhia, menos os impostos retidos no fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

2.7. Estoques
Esses estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor, e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso.

2.8. Investimentos em controladas
Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 - Investimento em coligada e controlada, para fins de demonstrações financeiras da Controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado com base no custo de aquisição da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas da controlada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis de cada entidade sejam as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da Controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o custo líquido do investimento e o valor recuperável de cada controlada.

Quando ocorre a perda de influência significativa sobre as investidas a Companhia avalia e reconhece o investimento pelo valor justo, sendo reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da investida no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente.

2.9. Imobilizado
Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Também fazem parte do imobilizado equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão das controladas e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas das concessões classificadas como ativo intangível, em atendimento ao ICPC 01 (R1) (IFRIC 12).

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, sendo reconhecidos no resultado do exercício.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.11. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Um valor recuperável é determinado quando a unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes concorrentes e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos não financeiros.

2.12. Outros ativos e passivos
Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.13. Resultado por ação
As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota	Receitas operacionais	Demais receitas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,00% ou 0,65%	ou 1,65% (**)	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	0,00% ou 3,00%	ou 7,6% (**)	7,60%
Imposto Geral sobre as Vendas	IGV	18%	-	-
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00% ou 5,00% (*)	-	-

(*) Alíquota de Impostos Sobre Serviços é de 2,00% para transporte de passageiros e receitas tarifárias do aeroporto e 5,00% para operação de rodovias e receitas não tarifárias do aeroporto.

(**) Alíquotas de Impostos Sobre Serviços são de 1,65% para operações de comércio exterior e 7,6% para operações de comércio exterior e 18% para operações de comércio exterior.

A Companhia e suas controladas adotam o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30 (R1) (IAS 18), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A contribuição sobre o lucro do exercício compreende o imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As incluições ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, estão creditadas ou debitadas nos resultados tributáveis.

Os impostos diferidos ativos das controladas são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro (IAS 12), levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

Os impostos diferidos ativos são revisados em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

O resultado por ação é calculado com base no CPC 41 - Resultado por ação (IAS 33). O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.



Table with columns: Divida líquida, Empresas, Curto prazo, Longo prazo, Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, (-) Divida líquida, Participação da Invepar. Rows include Rodovias, Mobilidade urbana, Aeroportos, Holding Invepar.

Table with columns: Receita líquida de serviços, Custos de construção, Custos de despesa com serviços, Provisão para manutenção, Depreciação e amortização, Resultado líquido, Participação da Invepar. Rows include Rodovias, Mobilidade urbana, Aeroportos, Holding Invepar.

Table with columns: Balanço patrimonial, Empresas, Circulante, Não circulante, Patrimônio líquido, Participação da Invepar. Rows include Rodovias, Mobilidade urbana, Aeroportos, Holding Invepar.

Table with columns: Adição ao imobilizado, Software e outros, Não investimento, Registro de outorga passiva, Capitalização de resultado financeiro, Participação da Invepar. Rows include Rodovias, Mobilidade urbana, Aeroportos, Holding Invepar.

Table with columns: Resultado financeiro Variável, (-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, Participação da Invepar. Rows include Rodovias, Mobilidade urbana, Aeroportos, Holding Invepar.

Table with columns: Receitas e despesas financeiras, Empresas, Juros passivos, Variações cambiais, AVP, Outros, (-) Resultado financeiro, Participação da Invepar. Rows include Rodovias, Mobilidade urbana, Aeroportos, Holding Invepar.

Table with columns: Balanço patrimonial, Empresas, Circulante, Não circulante, Patrimônio líquido, Participação da Invepar. Rows include Rodovias, Mobilidade urbana, Aeroportos, Holding Invepar.

Table with columns: Adição ao imobilizado, Software e outros, Direito de concessão, Capitalização de resultado financeiro, Participação da Invepar. Rows include Rodovias, Mobilidade urbana, Holding Invepar.

Table with columns: Divida líquida, Empresas, Curto prazo, Longo prazo, Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, (-) Divida líquida, Participação da Invepar. Rows include Rodovias, Mobilidade urbana, Holding Invepar.

Table with columns: Receitas e despesas financeiras, Empresas, Juros passivos, Variações cambiais, AVP, Outros, (-) Resultado financeiro, Participação da Invepar. Rows include Rodovias, Mobilidade urbana, Holding Invepar.

Table with columns: Balanço patrimonial, Empresas, Circulante, Não circulante, Patrimônio líquido, Participação da Invepar. Rows include Rodovias, Mobilidade urbana, Holding Invepar.

Table with columns: Adição ao imobilizado, Software e outros, Direito de concessão, Capitalização de resultado financeiro, Participação da Invepar. Rows include Rodovias, Mobilidade urbana, Holding Invepar.

operacional não sejam suficientes, a Invepar efetuará o aporte de recursos necessários à manutenção das atividades do Metrô RJ. Em 13 de março de 2014, foram subscritas 21.000 debêntures, sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com estornos relativos à concessão, metrô do Rio de Janeiro S.A., com valor nominal unitário de R\$ 10, perfazendo o valor total de R\$210.000.

O Instrumento Particular de Escritura da 4ª emissão de debêntures foi firmado com base na reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 24 de fevereiro de 2014 ("RCA"), as quais deliberaram as condições da emissão. Os recursos oriundos da captação por meio da emissão serão destinados para a amortização e pagamento principal do principal e juros da 7ª emissão de notas promissórias comerciais e da 2ª emissão de debêntures da Companhia. As debêntures serão lidas ao pagamento de juros e amortização incidindo sobre seu valor nominal unitário, equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros - DI, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa spread de 1,45% ao ano, com base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário de cada Debênture.

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo. d) CBN O Condicionário Bahia Norte S.A. é uma Sociedade de Propósito Específico ("SPE"), de capital fechado, constituída em 29 de junho de 2010, que tem como objeto social, específica e exclusivamente, a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas. e) CRT A Concessionária Rio-Teresópolis S.A. foi constituída sob a forma de "sociedade anônima" em Assembleia Geral realizada em 7 de novembro de 1995. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração, sob forma de concessão, não onerosa, de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos. Em 31 de dezembro de 2013, a CRT apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 427 (capital circulante líquido negativo de R\$ 4.150 e de R\$ 2.389 em 31 de dezembro de 2012 e de R\$ 1.898 em 31 de dezembro de 2011) em função do elevado volume de investimentos realizados para atender o PER - Programa de Exploração de Rodovias (Terceira Faixa da Serra, Rua Lateral de Parada Modelo, Implantação da Balança Fixa, Contenções diversas e Construções de Passarelas). A Administração da Companhia e a CRT estão estudando junto ao mercado opções de financiamento das debêntures de sua CRT poderá reduzir temporariamente seu fluxo de dividendos e remuneração dos debêntures de sua emissão para atender eventuais necessidades de caixa.

A Concessionária Rota do Atlântico S.A. foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SmaPE - "Express Way". Em 31 de dezembro de 2013, a CRA apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$96.674 (capital circulante líquido negativo de R\$1.597 em 31 de dezembro de 2012), devido, principalmente, ao reconhecimento de dívida de empréstimos e financiamentos de curto prazo junto aos bancos do Brasil. Para explorar a concessão, a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos em São Paulo, para explorar a concessão, a Concessionária do Aeroporto de Guarulhos S.A. - "GRU Airport" da qual o Consórcio INVEPAR - ACSA, através do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - "GRUPAR", possui 51% (sendo 90% da INVEPAR e 10% da ACSA) e 49% são detidos pela Infraero, conforme o edital de licitação. Conforme memorando de entendimentos firmado entre INVEPAR e ACSA, a ACSA poderá aumentar sua participação em GRUPAR para até 20% de seu capital. Em 31 de dezembro de 2013, a GRUPAR apresentou um capital circulante líquido consolidado negativo no montante de R\$23.336 (capital circulante líquido consolidado negativo de R\$ 662.008 em 31 de dezembro de 2012), devido, principalmente, ao reconhecimento de obrigações junto à União. Adicionalmente, a Administração da Companhia e da controlada GRU Airport têm atuado ativamente na avaliação e das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e a melhoria dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, os acionistas efetuarão aporte de recursos necessários à manutenção das atividades da GRU Airport. Em 2013 foram aprovados pelos acionistas aumentos de capital em abril, julho e novembro conforme quadro abaixo:

Table with columns: Empresas, abr/13, jul/13, nov/13, Valor, Qtde. ações, Valor, Qtde. ações, Valor, Qtde. ações. Rows include INVEPAR, ACSA, LAMBRA.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de março de 2012 os acionistas deliberaram a incorporação por parte da Invepar da VPR Brasil Participações S.A. ("VPR"), com a emissão de 17.429.354 novas ações ordinárias e 34.858.708 novas ações preferenciais. Então, a Invepar passou a ser controladora da VPR. Brasil Participações S.A. ("VPR") com 100% do capital social da mesma, por meio da subscrição e integralização de ações da OAS S.A. que era a única controladora do patrimônio líquido da VPR. A Invepar herdou da VPR Brasil Participações S.A., 100% do capital social da Linea Amarilla Brasil Participações S.A. ("LAMBRA"), que por sua vez é detentora de 100% do capital social da Linea Amarilla S.A.C. ("VPR"), uma sociedade com sede no Peru, constituída em 6 de outubro de 2009 com objeto social de construção e exploração de uma via expressa na região metropolitana de Lima, conforme contrato de concessão firmado em 12 de novembro de 2009 junto a Municipalidade Metropolitana de Lima, no Peru, tendo prazo de validade de 30 anos. Em 13 de fevereiro de 2013, foi levado ao registro o Aditivo Contratual ("Aditivo") firmado em 14 de fevereiro de 2013, o qual ampliou o prazo da concessão em mais 10 anos, passando a 40 anos, a partir da assinatura do Contrato. Destaque-se, ainda, que, em atendimento ao Contrato, a Concessionária iniciou a percepção das receitas arrecadadas pelas praças de pedágio a partir de 10 de fevereiro de 2013. Em 05 de junho de 2013 ocorreu o aumento de capital no valor de R\$ 87.580, mediante a emissão de 87.580.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas pela Investimentos e Participações em Infraestrutura - INVEPAR.

A Concessionária ViaRio S.A., é uma sociedade anônima, constituída em 20 de abril de 2012 e iniciou suas operações em 26 de abril de 2012 de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. A Companhia tem como objetivo a concessão para implantação e exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e realização de melhorias de Ligação Transolímpica. O prazo da concessão é de 35 anos, contados a partir de assinatura do contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2013, a ViaRio apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$22.126 (capital circulante líquido negativo de R\$ 16.591 em 31 de dezembro de 2012).

Em 6 de julho de 2012 através de Assembleia Geral de Constituição, foi criada a PEX S.A. com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ e tendo como única subscritora de seu capital social a INVEPAR. Em 31 de dezembro de 2013, a PEX apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.793. A empresa tem como objeto social a (i) exploração de serviços acessórios ao setor de transportes e estacionamento, inclusive a administração e intermediação de meio de pagamento de pedágios e estacionamentos; (ii) a realização de cobrança, recebimento, depósito, pagamento e administração de recursos por conta e ordem dos usuários do serviço; e (iii) aquisição, manutenção, troca, venda, doação, locação e comodato de equipamentos como meio para a realização de suas operações.

Em 26 de abril de 2013, a Comissão Especial de Licitação da concorrência promovida pelo Município do Rio de Janeiro - Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Municipal da Casa Civil, divulgou o resultado do certame relativo à contratação, em regime de parceria público-privada, na modalidade de concessão patrocinada, dos pedágios, fornecimentos e obras de implantação, operação e manutenção de sistema de transporte de passageiros através de Veículo Leve sobre Trilhos ("VLT"), na região portuária e central do Rio de Janeiro, pelo prazo de 25 anos, iniciado a partir da emissão da Ordem de Início. A referida Comissão declarou o Consórcio VLT CARIOCA, formado pela INVEPAR (24,4375%), Actua Assessoria S.A., controlada da CCR (24,4375%), Odebrecht Transport S.A. (24,4375%), RIOPAR Participações S.A. (24,4375%) e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro (24,4375%). O Consórcio VLT CARIOCA presta serviços de transporte de passageiros através de Veículo Leve sobre Trilhos ("VLT"), na região portuária e central do Rio de Janeiro, pelo prazo de 25 anos, iniciado a partir da emissão da Ordem de Início. O Consórcio sagrou-se vencedor ao propor o menor valor a título de pagamento de prestação pecuniária mensal. Em 31 de dezembro de 2013, a VLT apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$6.485.

A Linha Amarela S.A. - LAMSA ("LAMSA" ou "Companhia"), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro - RJ - Brasil é foi constituída sob forma de sociedade anônima de capital fechado, fundada em 21 de novembro de 1995, e tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. O prazo da concessão é de 480 meses contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1995, conforme previsto no 1º termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010. Em 31 de dezembro de 2013, a LAMSA apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$7.146. m) CLN A Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN ("CLN") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 3 de fevereiro de 2000, com sede na Rodovia 099 BA - Estrada do Coco, Praça do Pedágio, Camaçari - BA. A CLN tem como objeto social operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia - DERBA, em 21 de fevereiro de 2000. Em 27 de abril de 2005, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, foi assinado o Termo Aditivo de Re-Ratificação ao Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado entre a CLN e a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Saneamento da Bahia - AGERBA (Agência Reguladora). Tais alterações foram determinadas a prorrogação do prazo do Contrato de Concessão por mais dez anos, passando a ter seu término em 20 de março de 2035. Em 31 de dezembro de 2013, a CLN apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$41.585, devido, principalmente, ao reconhecimento das obrigações junto ao Poder Concedente.

n) METROBARRA Em 20 de dezembro de 2012 através de Assembleia Geral de Constituição, foi criada a METROBARRA S.A. com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ e tendo como única subscritora de seu capital social a INVEPAR. A Companhia tem por objeto social a locação de bens próprios e a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista, inclusive como holding. Em 23 de novembro de 2012 a Invepar firmou um contrato de opção de outorga de compra e venda junto aos atuais acionistas da CRB - Concessionária Rio Barra S.A. (2,00%) e RAITP do Brasil Operações e Participações A Concessionária Rio Barra S.A. ("CRB"), foi constituída em 14 de dezembro de 1998 e tem por objeto social exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração, precedida de obras públicas dos serviços de transporte metropolitano de passageiros da linha 4 (quatro) metrô do Rio de Janeiro extensão de Ipanema a Barra da Tijuca e tem prazo de concessão até 2036. Em 11 de março de 2013 a Invepar cedeu os direitos e deveres do contrato de opção de compra da CRB para a MetroBarra, sua subsidiária integral. Para exercer a opção a Invepar assumiu o compromisso de adquirir trens e sistemas para operação da Linha 4. Em 15 de outubro de 2013 o Metro Barra pagou aos acionistas da CRB o valor de R\$ 53.564 a título de preço pela opção de outorga de compra e venda. 9. Informações por segmento de negócios A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base na divisão de sua gestão e tendo como critério as áreas de atuação de cada uma, sendo agrupadas da seguinte forma: (i) rodovias; (ii) mobilidade urbana; (iii) aeroportos; e (iv) holding. As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração da Companhia e correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, são as seguintes:

Table with columns: Rodovias, Mobilidade Urbana, Aeroportos, Holding, Eliminações, Consolidado. Rows include Receita líquida de serviços, Receita de construção, Custo de serviços prestados, Custo de construção, Despesas gerais e administrativas, Equivalência patrimonial, Outras receitas operacionais, Resultado antes das receitas e despesas financeiras, Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, Imposto de renda e contribuição social, Correntes, Diferidos, Lucro líquido (prejuízo) do exercício, Atribuível aos acionistas não controladores, Resultado antes das receitas e despesas financeiras, Depreciação e amortização, Provisão para manutenção, Adição ao imobilizado, Adição ao intangível, Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013.

correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, são as seguintes:

Table with columns: Rodovias, Mobilidade Urbana, Aeroportos, Holding, Eliminações, Consolidado. Rows include Receita líquida de serviços, Receita de construção, Custo de serviços prestados, Custo de construção, Lucro bruto, Despesas gerais e administrativas, Equivalência patrimonial, Outras receitas operacionais, Resultado antes das receitas e despesas financeiras, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, Imposto de renda e contribuição social, Correntes, Diferidos, Lucro líquido (prejuízo) do exercício, Atribuível aos acionistas não controladores, Atribuível aos acionistas controladores, Informações complementares, Depreciação e amortização, Provisão para manutenção, Adição ao imobilizado, Adição ao intangível.

Table with columns: Rodovias, Mobilidade Urbana, Aeroportos, Holding, Eliminações, Consolidado. Rows include Alvo, Alvo circulante, Alvo não circulante, Total do ativo, Passivo e patrimônio líquido, Passivo circulante, Passivo não circulante, Patrimônio líquido, Total do passivo e patrimônio líquido.

Table with columns: Rodovias, Mobilidade Urbana, Aeroportos, Holding, Eliminações, Consolidado. Rows include Receita líquida de serviços, Receita líquida de construção, Custo de serviços prestados, Custo de construção, Lucro bruto, Despesas gerais e administrativas, Equivalência patrimonial, Outras receitas (despesas) operacionais, Resultado antes das receitas e despesas financeiras, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, Imposto de renda e contribuição social, Lucro líquido (prejuízo) do exercício.

Table with columns: Rodovias, Mobilidade Urbana, Aeroportos, Holding, Eliminações, Consolidado. Rows include Atribuível aos acionistas não controladores, Atribuível aos acionistas controladores, Informações complementares, Depreciação e amortização, Provisão para manutenção, Adição ao imobilizado, Adição ao intangível.

Table with columns: Rodovias, Mobilidade Urbana, Aeroportos, Holding, Eliminações, Consolidado. Rows include Alvo, Alvo circulante, Alvo não circulante, Total do ativo, Passivo e patrimônio líquido, Passivo circulante, Passivo não circulante, Patrimônio líquido, Total do passivo e patrimônio líquido.

Table with columns: Rodovias, Mobilidade Urbana, Aeroportos, Holding, Eliminações, Consolidado. Rows include Passivo e patrimônio líquido, Passivo circulante, Passivo não circulante, Patrimônio líquido, Total do passivo e patrimônio líquido.

Table with columns: Rodovias, Mobilidade Urbana, Aeroportos, Holding, Eliminações, Consolidado. Rows include Alvo, Alvo circulante, Alvo não circulante, Total do ativo, Passivo e patrimônio líquido, Passivo circulante, Passivo não circulante, Patrimônio líquido, Total do passivo e patrimônio líquido.

Table with columns: Rodovias, Mobilidade Urbana, Aeroportos, Holding, Eliminações, Consolidado. Rows include Passivo e patrimônio líquido, Passivo circulante, Passivo não circulante, Patrimônio líquido, Total do passivo e patrimônio líquido.

Table with columns: Rodovias, Mobilidade Urbana, Aeroportos, Holding, Eliminações, Consolidado. Rows include Custos, Etiquetas eletrônicas, Instalações, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Veículos, Benefitórias em máquinas e veículos de terceiros, Benefitórias em prédios e instalações de terceiros, Equipamentos de informática, Benefitórias em máquinas e veículos de terceiros, Equipamentos de informática, Outros.

Table with columns: Rodovias, Mobilidade Urbana, Aeroportos, Holding, Eliminações, Consolidado. Rows include Depreciação acumulada, Etiquetas eletrônicas, Instalações, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Veículos, Benefitórias em máquinas e veículos de terceiros, Benefitórias em prédios e instalações de terceiros, Equipamentos de informática, Outros.

Table with columns: Rodovias, Mobilidade Urbana, Aeroportos, Holding, Eliminações, Consolidado. Rows include Depreciação acumulada, Etiquetas eletrônicas, Instalações, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Veículos, Benefitórias em máquinas e veículos de terceiros, Benefitórias em prédios e instalações de terceiros, Equipamentos de informática, Outros.



Os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos no encerramento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 e não foi identificada a necessidade de reconhecimento de qualquer perda por conta de redução ao valor recuperável de ativos.

Em 31 de julho de 2013, a controlada MetrôBarra assinou o contrato com o fornecedor CNR Changchun Railway Vehicles CO., Ltd. no montante de US\$123.667.200 (Cento e vinte três milhões seiscentos e sessenta e sete mil e duzentos dólares) e possuem expectativa de conclusão até 2016. A Companhia não possui ativos dados em garantia, assim como leasing financeiro.

11. Intangível (consolidado)

Custo	2012				2013
	(reapresentado)	Adições	Baixas	Transf.	
Software	36.012	16.009	(22)	133	52.132
Direito de concessão - outorga CART (a) (até 2039)	639.957	-	-	-	639.957
Direito de concessão - investimento CART (b) (até 2039)	947.963	285.777	(87)	-	1.233.653
Direito de concessão - investimento CLN (b) (até 2035)	98.272	36.273	-	(414)	134.131
Direito de concessão - outorga GRU (c) (até 2032)	11.720.256	851.400	-	(28)	12.571.628
Direito de concessão - investimento GRU (b) (até 2032)	597.135	1.881.365	-	468	2.478.968
Direito de concessão - LAMBRA	675.901	-	-	-	675.901
Direito de concessão - investimento LAMSA (b) (até 2038)	355.191	931	-	-	356.122
Direito de concessão - investimento VPR (b) (até 2038)	669.617	242.719	-	-	912.336
Direito de concessão - investimento METRÔRIO (d) (até 2038)	1.057.433	157.146	(72.013)	-	1.142.566
Direito de concessão - outorga METRÔRIO (e) (até 2038)	1.407.172	-	(80.193)	-	1.326.979
Outros	321	142.309	-	(159)	142.471
Total	18.205.230	3.613.929	(152.315)	-	21.666.844

Custo	2011				2012
	(reapresentado)	Adições	Baixas	Transf.	
Software	36.012	26.237	(86)	(7.564)	36.012
Direito de concessão - outorga CART (a) (até 2039)	639.957	-	-	-	639.957
Direito de concessão - investimento CART (b) (até 2039)	758.159	189.954	(150)	-	947.963
Direito de concessão - investimento CLN (b) (até 2035)	94.748	3.795	(1)	-	98.272
Direito de concessão - outorga GRU (c) (até 2032)	-	11.720.256	-	-	11.720.256
Direito de concessão - investimento GRU (b) (até 2032)	-	597.135	-	-	597.135
Direito de concessão - LAMBRA	-	675.901	-	-	675.901
Direito de concessão - investimento LAMSA (b) (até 2038)	314.141	41.050	-	-	355.191
Direito de concessão - investimento VPR (b) (até 2038)	-	669.617	-	-	669.617
Direito de concessão - investimento METRÔRIO (d) (até 2038)	867.120	182.774	(25)	7.564	1.057.433
Direito de concessão - outorga METRÔRIO (e) (até 2038)	1.407.172	-	-	-	1.407.172
Outros	161	162	(2)	-	321
Total	4.098.613	14.106.881	(264)	-	18.205.230

Custo	2011				2012
	(reapresentado)	Adições	Baixas	Transf.	
Software	17.425	26.237	(86)	(7.564)	36.012
Direito de concessão - outorga CART (a) (até 2039)	639.957	-	-	-	639.957
Direito de concessão - investimento CART (b) (até 2039)	758.159	189.954	(150)	-	947.963
Direito de concessão - investimento CLN (b) (até 2035)	94.748	3.795	(1)	-	98.272
Direito de concessão - outorga GRU (c) (até 2032)	-	11.720.256	-	-	11.720.256
Direito de concessão - investimento GRU (b) (até 2032)	-	597.135	-	-	597.135
Direito de concessão - LAMBRA	-	675.901	-	-	675.901
Direito de concessão - investimento LAMSA (b) (até 2038)	314.141	41.050	-	-	355.191
Direito de concessão - investimento VPR (b) (até 2038)	-	669.617	-	-	669.617
Direito de concessão - investimento METRÔRIO (d) (até 2038)	867.120	182.774	(25)	7.564	1.057.433
Direito de concessão - outorga METRÔRIO (e) (até 2038)	1.407.172	-	-	-	1.407.172
Outros	161	162	(2)	-	321
Total	4.098.613	14.106.881	(264)	-	18.205.230

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Empresa	Tipo	Moeda	Vencido	Indexador	Encargos anuais (spread)	Garantia	Total circulante	Total não circulante	31/12/2013				
									31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	
CART	BNDES	Real	Mar/2021	TJLP	2,45%	(b)	19.148	117.138	136.286	155.081	173.989	-	-
CART	BNDES	Real	Mar/2021	TJLP	2,45%	(b)	11.199	68.508	79.707	90.699	101.758	-	-
CART	BNDES	Real	Mar/2021	TJLP	2,45%	(b)	10.260	62.760	73.020	83.090	93.220	-	-
CART	BNDES	Real	Mar/2021	TJLP	2,45%	(b)	962	5.888	6.850	7.795	8.744	-	-
CART	BNDES	Real	Mar/2021	TJLP	2,45%	(b)	5.509	44.222	49.731	51.074	49.315	-	-
CART	BNDES	Real	Mar/2023	TJLP	2,45%	(b)	94	576	670	762	856	-	-
CART	BNDES	Real	Mar/2023	TJLP	2,45%	(b)	2.194	17.614	19.808	20.343	20.367	-	-
CART	BNDES	Real	Mar/2023	TJLP	2,45%	(b)	1.391	11.162	12.553	12.891	12.361	-	-
CART	BNDES	Real	Mar/2023	TRB*	2,45%	(b)	4.385	12.276	16.661	14.339	-	-	
CART	BNDES	Real	Mar/2021	TJLP	2,45%	(b)	201	1.229	1.430	1.628	-	-	
CART	BNDES	Real	Mar/2023	TRB*	2,45%	(b)	4.988	15.313	20.301	17.472	-	-	
CART	BNDES	Real	Mar/2023	TJLP	2,45%	(b)	1.137	9.126	10.263	10.540	-	-	
CART	BNDES	Real	Mar/2023	TRB*	2,45%	(b)	5.158	17.468	22.626	19.473	-	-	
CART	BNDES	Real	Mar/2023	TJLP	2,45%	(b)	1.097	8.800	9.897	10.164	-	-	
CART	BNDES	Real	Mar/2023	TRB*	2,45%	(b)	6.283	25.151	31.434	27.290	-	-	
CART	BNDES	Real	Mar/2023	TJLP	2,45%	(b)	1.331	10.685	12.016	12.342	-	-	
CART	BNDES	Real	Mar/2023	TJLP	2,45%	(b)	1.657	13.296	14.953	15.356	-	-	
CART	BNDES	Real	Mar/2023	TRB*	2,45%	(b)	2.372	10.637	13.009	11.293	-	-	
CART	BNDES	Real	Mar/2023	TRB*	2,45%	(b)	2.190	9.820	12.010	10.426	-	-	
CART	Debêntures	Real	Dez/2024	IPCA	5,80%	(b)	904	403.587	404.491	382.098	-	-	
CART	Debêntures	Real	Dez/2024	IPCA	6,05%	(b)	917	392.967	393.884	372.074	-	-	
CART	BNDES	Real	Mar/2025	TRB*	2,45%	(b)	130	34.437	34.567	-	-		
CART	BNDES	Real	Mar/2025	TRB*	2,45%	(b)	145	38.409	38.554	-	-		
CART	BNDES	Real	Mar/2025	TRB*	2,45%	(b)	84	22.072	22.156	-	-		
CART	Debêntures	Real	Jan/2013	CDI	116,5%	(b)	-	-	-	424.262	-	-	
CART	Conta garantida	Real	Jun/2012	CDI	2,43%	-	-	-	-	17.019	-	-	
CART	Nota promissória	Real	Fev/2011	CDI	111%	(b) e (d)	-	-	-	-	415.425	-	
CART	BNDES	Real	Abr/2011	TJLP	3,12%	(d)	-	-	-	-	176.074	-	
CART	BNDES	Real	Abr/2011	TRB*	10,73%	(d)	-	-	-	-	93.202	-	
CART	(-) Custo de captação	Real	-	-	-	-	-	(55.668)	(55.668)	(58.960)	-	-	
CLN	BNB	Real	Nov/2017	-	8,08%	(b) e (d)	3.360	10.499	13.859	17.111	19.998	23.523	
CLN	Capital de giro	Real	Abr/2016	CDI	1,51%	(d)	5.349	7.273	12.622	15.417	15.780	-	
CLN	Capital de giro	Real	Mai/2014	CDI	2,43%	(a)	1.961	-	1.961	-	-	-	
CLN	Capital de giro	Real	Mai/2014	CDI	2,43%	(a)	3.208	-	3.208	-	-	-	
CLN	Capital de giro	Real	Mar/2011	CDI	1,25%	(b) e (d)	-	-	-	-	-	442	
GRU AIRPORT	Conta garantida	Real	Jan/2015	CDI	2,43%	-	-	-	247	-	-	-	
GRU AIRPORT	BNDES Ponte	Real	Jan/2015	TJLP	2,40%	(c)	-	-	450.356	-	-	-	
GRU AIRPORT	BNDES	Real	Dez/2027	TJLP	2,88%	(b)	1.074	1.283.000	1.284.074	294.228	-	-	
GRU AIRPORT	BNDES indireto	Real	Dez/2027	TJLP	3,40%	(b)	494	550.000	550.494	313.580	-	-	
VPR	Bonds	Novo sol	Jun/2037	Pré-fixado	8,58%	(b) e (c)	-	310.713	310.713	294.228	-	-	
VPR	Bonds	Novo sol	Jun/2037	VAC	6,45%	(b) e (c)	-	675.863	675.863	313.580	-	-	
VPR	Empréstimo	Novo sol	Jun/2022	Pré-fixado	8,75%	(b) e (c)	-	5.360	5.360	5.127	-	-	
VPR	(-) Custo de captação	Novo sol	-	-	-	-	-	(51.347)	(51.347)	(42.745)	-	-	

Empresa	Tipo	Moeda	Vencido	Indexador	Encargos anuais (spread)	Garantia	Total circulante	Total não circulante	31/12/2013			
									31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
LAMSA	Debêntures	Real	Mai/2027	TR	9,50%	(d) e (e)	3.424	386.722	390.146	389.669	-	-
LAMSA	Nota promissória	Real	Jan/2011	CDI	0,9%	-	-	-	-	-	180.983	-
LAMSA	Nota promissória	Real	Jan/2012	CDI	0,5%	(a)	-	-	-	-	-	104.603
METRÔRIO	BNDES	Real	Mai/2015	TJLP	2,02%	(b) e (d)	8.924	-	8.924	15.223	21.535	27.838
METRÔRIO	BNDES	Real	Fev/2017	TJLP	1,92%	(b) e (d)	8.849	19.006	27.855	36.652	45.476	43.057
METRÔRIO	BNDES	Real	Out/2024	TJLP	1,72%	(b) e (d)	22.926	219.004	241.930	264.263	282.741	299.618
METRÔRIO	BNDES	Real	Out/2017	TJLP	1,72%	(b) e (d)	445	1.251	1.696	1.217	1.469	-
METRÔRIO	BNDES	Real	Sep/2024	TJLP	1,72%	(b) e (d)	12.595	119.318	131.913	116.334	55.720	-
METRÔRIO	FINEP	Real	Jan/2018	Fixa	5,25%	(d)	1.570	4.792	6.362	7.919	9.477	9.709
METRÔRIO	FINEP	Real	Jan/2018	Fixa	8,24%	(d)	1.666	5.070	6.736	8.366	10.038	10.104
METRÔRIO	Outros	USD	Nov/2016	-	3,44%	(a)	2.015	3.957	5.972	6.997	8.028	8.555
METRÔRIO	Nota promissória	Real	Mar/2014	CDI	0,75%	(a)	171.288	-	171.288	-	-	-
METRÔRIO	Pró transporte	Real	Jun/2034	TR	7,80%	(b) e (d)	3.492	239.770	243.262	245.353	243.860	-
METRÔRIO	(-) Custo de captação	Real	-	-	-	-	-	(1.143)	(1.143)	(1.550)	(1.565)	(2.000)
METRÔRIO	Debêntures	Real	Mar/2014	CDI	1,50%	(a)	117.940	-	117.940	107.531	-	-
METRÔRIO	Nota promissória	Real	Mar/2012	CDI	1,12%	-	-	-	-	-	186.864	-
METRÔRIO	Nota promissória	Real	Mar/2011	CDI	1,22%	-	-	-	-	-	-	166.062
METRÔRIO	Conta garantida	Real	Mar/2014	CDI	1,45%	-	10.000	-	10.000	-	-	-
METRO BARRA	Debêntures	Real	Jul/2015	CDI	2,00%	(d)	-	601.887	601.887	-	-	-
METRO BARRA	(-) Custo de captação											



16. Resultado financeiro

	Controladora				Consolidado				
	2013	2012	2011	2013	2012	2011	2013	2012	
Recitas financeiras									
Juros ativos	-	-	-	9.105	2.880	411			
Juros sobre aplicações financeiras	24.300	47.355	2.769	94.306	115.796	63.061			
Juros sobre debêntures	-	39.804	79.701	8.113	1.938	653			
Varição monetária ativa	1.136	805	226	2.752	11.198	7.240			
Variações cambiais ativas	28	-	-	88.212	53.402	38.508			
Outros	831	-	102	1.323	3.025	9.296			
Total receitas financeiras	26.295	87.964	82.798	203.811	188.239	119.169			
Despesas financeiras									
Comissões e despesas bancárias	(9.663)	(4.105)	(144)	(17.525)	(7.377)	(2.537)			
Juros passivos	(1.037)	-	(541)	(97.728)	(174.377)	(146.095)			
Varição monetária passiva	-	-	-	(60.682)	(16.378)	(10.388)			
Variações cambiais passivas	(3)	(19)	-	(95.325)	(83.750)	(78.808)			
Juros sobre debêntures	-	(38.612)	(83.050)	(97.902)	(43.322)	(83.151)			
Ajuste a valor presente	-	-	-	(2.154)	(9.355)	(11.648)			
Outros	(288)	(870)	-	(62.632)	(6.190)	(32.092)			
Total despesas financeiras	(10.991)	(43.606)	(83.735)	(435.948)	(340.749)	(364.716)			
Total resultado financeiro	15.304	44.358	(937)	(232.137)	(152.510)	(245.547)			

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas mantêm seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Empresa(s)	Modalidade	Limite máximo		Vigência		Seguradora
		de indenização	Início	Fim		
LAMSA	Garantia Concessão	18.160	18/12/2013	18/12/2014		Fairfax
LAMSA	Automóvel Frota	Tabela Fipe	29/09/2013	29/09/2014		BB Seguro Auto
CLN	Garantia Concessão	4.610	23/02/2013	23/02/2014		Allianz

Empresa(s)	Modalidade	Limite máximo		Vigência		Seguradora
		de indenização	Início	Fim		
CLN	Automóvel Frota	Tabela Fipe	20/10/2013	20/10/2014		Tokio Marine
CLN	Automóvel Frota	Tabela Fipe	18/11/2013	18/11/2014		Tokio Marine
METRÔRIO	Transporte nacional	4.000	13/02/2013	13/02/2014		Royal & Sunalliance
METRÔRIO	Transporte internacional	3.000(*)	13/02/2013	13/02/2014		Royal & Sunalliance
METRÔRIO	Automóvel Frota	Tabela Fipe	31/12/2013	31/12/2014		Austral
CART	Garantia Concessão	114.427	16/03/2013	16/03/2014		Seguradora Austral
CART	Garantia Concessão	188.583	16/03/2013	16/03/2014		Seguradora Argo
CRT	Multirisco	4.200	11/07/2013	11/07/2014		Argo
CRT	Riscos Operacionais	45.000	11/07/2013	11/07/2014		Argo
CRT	Risco de Engenharia	12.000	13/05/2011	15/02/2014		Tokio Marine
CRT	Risco de Engenharia	42.897	31/07/2012	31/12/2014		Liberty
CRT	Garantia	15.600	22/11/2013	22/11/2014		Fator
CRT	Responsabilidade Civil	7.000	12/08/2013	12/08/2014		AIG
CRT	D&O	20.000	15/02/2013	15/02/2014		Charlis
CRT	Automóvel Frota	Tabela Fipe	31/08/2013	31/08/2014		Liberty
CRT	Automóvel Frota	Tabela Fipe	09/04/2013	21/03/2014		Sul América
CRT	Automóvel Frota	Tabela Fipe	09/04/2013	21/03/2014		Sul América
CBN	Riscos Operacionais	30.000	17/08/2013	17/08/2014		Tokio Marine
CBN	Responsabilidade Civil	30.000	17/08/2013	17/08/2014		Allianz
CBN	Garantia Executante	44.716	18/08/2014	18/08/2014		Austral
CBN	D&O	20.000	08/04/2013	08/04/2014		Tokio Marine

	2013			2012 (reapresentado)			2011 (reapresentado)			01/01/2011 (reapresentado)		
	Valor justo	Custo amort.	Total	Valor justo	Custo amort.	Total	Valor justo	Custo amort.	Total	Valor justo	Custo amort.	Total
Instrumentos financeiros												
Ativos												
Caixa e equivalentes de caixa	1.410.591	-	1.410.591	1.025.307	-	1.025.307	258.770	-	258.770	87.005	-	87.005
Aplicações financeiras	557.861	-	557.861	691.386	-	691.386	307.912	-	307.912	-	-	-
Contas a receber	-	215.632	215.632	-	166.124	166.124	-	28.576	28.576	-	22.404	22.404
Total do ativo	1.968.452	215.632	2.184.084	1.716.693	166.124	1.882.817	566.682	28.576	595.258	87.005	22.404	109.409
Passivos												
Empréstimos e financiamentos e debêntures	-	6.147.636	6.147.636	-	3.518.585	3.518.585	-	2.519.834	2.519.834	-	1.880.804	1.880.804
Obrigações com Poderes Concedentes	-	12.161.754	12.161.754	-	12.135.526	12.135.526	-	406.787	406.787	-	404.108	404.108
Total do passivo	-	18.309.390	18.309.390	-	15.654.111	15.654.111	-	2.926.621	2.926.621	-	2.284.912	2.284.912

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

A) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado
Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

*** Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras**
Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

*** Contas a receber**
O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pelo grupo em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

*** Exposição a riscos de taxas de juros**
Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI. As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA, TR e CDI.

c) Concentração de risco de crédito
Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

d) Risco de taxa de câmbio
O risco é imaterial com relação às atividades do grupo.

e) Operação de derivativos
A Companhia e suas controladas adotam uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, de natureza operacional ou financeira e eventualmente de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados. Em 31 de dezembro de 2013, o MetroBarra possuía operações com instrumento financeiros com características de derivativos para proteção dos contratos já firmados em moedas estrangeiras conforme demonstrado abaixo:

Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Ajuste a mercado	Valor base	Preço de exercício
Opção Flexível de Compra (Call)	Votorantim	01/10/2013	27/10/2014	RS403	US\$4.590	RS2,43
Opção Flexível de Compra (Call)	Votorantim	01/10/2013	05/03/2014	RS560	US\$5.805	RS2,30
Opção Flexível de Compra (Call)	Votorantim	01/10/2013	17/11/2014	RS809	US\$9.289	RS2,44
Opção Flexível de Compra (Call)	Votorantim	01/10/2013	22/12/2014	RS791	US\$9.289	RS2,46
Opção Flexível de Compra (Call)	Votorantim	01/10/2013	29/09/2014	RS1.458	US\$16.255	RS2,41
Opção Flexível sobre Taxa de Câmbio	HSBC	01/10/2013	13/01/2014	RS1.103	US\$11.611	RS2,27
Opção Flexível sobre Taxa de Câmbio	HSBC	31/10/2013	12/01/2015	RS71	US\$7,56	RS2,46
Opção Flexível sobre Taxa de Câmbio	HSBC	31/10/2013	26/01/2015	RS867	US\$9.289	RS2,47
Opção Flexível sobre Taxa de Câmbio	HSBC	31/10/2013	02/03/2015	RS863	US\$9.289	RS2,49
				RS6.925		
				Ativo circulante	RS\$ 124	
				Ativo não circulante	RS\$ 1.801	

Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Prêmio total	Valor base	Preço de exercício
Opção Flexível de Compra (Call)	Votorantim	15/08/2013	30/09/2013	RS3.685	US\$175.373	RS2,45
Opção Flexível de Compra (Call)	HSBC	15/08/2013	30/09/2013	RS1.285	EUR45.450	RS3,27
Opção Flexível de Compra (Call)	Votorantim	01/10/2013	30/10/2013	RS260	US\$56.673	RS2,34
Opção Flexível de Compra (Call)	Votorantim	01/10/2013	30/10/2013	RS745	EUR45.450	RS3,16
Opção Flexível de Compra (Call)	Citibank	31/10/2013	01/12/2013	RS117	US\$18.960	RS2,34
Opção Flexível de Compra (Call)	Santander	31/10/2013	01/12/2013	RS439	EUR49.326	RS3,17

DIRETORIA	CARGO	TITULAR	CARGO	TITULAR	CARGO
Gustavo Nunes da Silva Rocha	Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores	Carlos Fernando Costa	Diretor do Conselho de Administração	Rodrigo Pinheiro Andrade	Presidente do Conselho Fiscal
Marcos Bastos Rocha	Diretor Vice-Presidente Administrativo-Financeiro	Antônio Bráulio de Carvalho	Vice-Presidente do Conselho de Administração	Luiz Antonio dos Santos	Conselheiro
Damião Carlos Moreno Tavares	Diretor Vice-Presidente de Concessões Rodoviárias	Carlos Eduardo Leal Neri	Conselheiro	José Miguel Correia	Conselheiro
		Picaro César Campos	Conselheiro	Antonio Sergio Fioleti	Conselheiro
		Ricardo Carvalho Giamboni	Conselheiro		
		Manuela Cristina Lemos Marçal	Conselheiro		
		Josedir Barreto dos Santos	Conselheiro		
		Mateus Coutinho de Sá Oliveira	Conselheiro		

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal de Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 20 de março de 2014, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, bem como a proposta de destinação dos resultados do exercício e a correspondente proposta de orçamento de capital. O exame dos referidos documentos foi complementado por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia. Com base nos referidos trabalhos e esclarecimentos, bem como no relatório, sem ressalvas,

	Tabela Fipe		Tokio Marine	
	10/01/2013	10/01/2014		
Garantia	25.260	04/12/2013	04/12/2014	Fator
Responsabilidade Civil	18.000	04/11/2013	04/11/2014	Allianz
Riscos Diversos	3.047	01/04/2013	01/04/2014	Tokio Marine
Riscos Operacionais	7.300	04/06/2013	04/06/2014	Tokio Marine
D&O	20.000	10/06/2013	10/06/2014	AIG
Fiança Locatícia	216	20/08/2012	19/08/2015	Porto Seguro
Property	1.964	26/04/2013	26/04/2014	Ace
Responsabilidade Civil	53.529	26/04/2013	26/04/2014	Ace
Responsabilidade Civil				
Obras	20.000	14/11/2012	14/11/2016	Zurich
Garantia	109.200	26/04/2013	26/04/2014	Fairfax
Risco de Engenharia	1.836.417	14/11/2012	14/11/2016	Zurich
D&O	20.000	21/10/2013	21/10/2014	Ace
Riscos Diversos	3.300	21/03/2013	21/03/2014	Allianz
Riscos Operacionais	700.000	24/05/2013	24/05/2014	Tokio Marine
Aeronáutico	500.000(*)	24/05/2013	24/05/2014	Itau
Garantia Concessão	956.328	04/06/2013	04/06/2014	Itau
Responsabilidade Civil				
Obras	50.000	28/09/2012	30/06/2016	Ace
Responsabilidade Civil				
Obras	500.000	11/04/2013	30/06/2016	Itau
Risco de Engenharia	1.700.000	28/09/2012	30/06/2017	Zurich
Seguro de Vida (Bombeiros)				
Property	4.900	01/03/2013	01/03/2014	Tokio Marine
Responsabilidade Civil	2.025	12/06/2013	12/06/2014	Zurich
Risco de Engenharia	10.000	09/06/2013	12/06/2014	Zurich
Responsabilidade Civil	16.810	27/01/2014	27/05/2014	Fairfax
Obras	10.000	27/01/2014	27/05/2014	Fairfax
Garantia Concessão	160.187	10/06/2013	20/06/2014	Itau
Responsabilidade Civil	10.000	16/10/2013	31/12/2016	Itau
Riscos de Engenharia	10.000	16/10/2013	31/12/2017	Itau
Riscos operacionais	200.000	01/08/2013	01/08/2014	Tokio Marine
Responsabilidade civil geral				
Obras	50.000	01/08/2013	01/08/2014	Tokio Marine
Responsabilidade civil - D&O				
50.000	21/09/2013	21/09/2014	Zurich	

18. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2013. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos e obrigações com os Poderes Concedentes.

	Até 1 ano		1 a 5 anos		Total
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2013	
Empréstimos					